

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL

PARANAENSE

1 Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial
2 do Litoral Paranaense, realizada no primeiro dia do mês de dezembro de hum mil
3 novecentos e oitenta e sete, conforme convocação enviada aos membros efetivos e natos
4 do Conselho. 2- No primeiro dia do mês de dezembro de hum mil novecentos e oitenta e
5 sete, às nove horas e trinta minutos, na sala de Reunião da Federação dos Trabalhadores
6 no Comércio do Estado do Paraná, com endereço a Rua Marechal Hermes,210 Curitiba -
7 Paraná, reuniram-se os membros efetivos e natos do Conselho de Desenvolvimento
8 Territorial do Litoral Paranaense, sendo a Presidência dos trabalhos exercida pelo Dr.
9 Arsênio Muratori, Diretor Geral da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e
10 do Meio Ambiente. Como membros natos compareceram os Senhores: Dr. Heinz
11 George Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Renê Ariel Dotti, Secretário
12 do Estado da Cultura. Dr. Carlos Cezar Sales de Albuquerque Maranhão, Diretor Geral
13 da Secretaria de Estado da Industria e do Comércio. Dr. Maurício Vitor de Souza,
14 Prefeito Cleantes Coelho Xavier e Prefeito Orlando Comforto. Como membros efetivos
15 compareceram os Senhores: Dr. Luciano Pizzatto. Dr. Guilherme Lindroth, Dr. José
16 Roque da Silva. Dr. João Dutra . Dr. Roberto Ribas Lange e Dr. Cândido Gomes
17 Chagas. 3- Apreciação e Votação da Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária do
18 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense: Dr. Arsênio Muratori,
19 colocou em aberto a palavra para eventuais manifestações, em seguida colocou-a em
20 votação sendo a mesma aprovada pela maioria dos Conselheiros Presentes. 4- Ordem do
21 Dia: A- Critérios para aprovação de Projeto - proposta para que os critérios já usados
22 pela Secretaria Executiva, através de uma resolução venham a ser institucionalizadas
23 pelo Conselho. Dr. Arsênio Muratori passou a palavra ao Secretário Executivo para
24 explanação do assunto. Dr. Ricardo Schussel procedeu a leitura do documento
25 distribuído aos Senhores Conselheiros. Dr. Arsênio Muratori colocou em votação se os
26 critérios deveriam ou não ser institucionalizadas, sendo então aprovada a proposta pela
27 maioria dos presentes, em seguida o Dr. Arsênio Muratori, colocou em discussão os
28 critérios apresentados. Dr. Guilherme Lindroth, com relação ao item 8, onde permite-se
29 a instalação da central de gás e duchas dentro dos recuos estabelecidos pelo Decreto
30 2.722/84 na ZR-6, sugeriu reestudo. Dr. Ricardo Schussel colocou que tais normas já
31 são estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, sugeriu-se então que ao item fosse
32 acrescentado a frase " exceto no recuo frontal ". Dr. Guilherme Lindroth com relação ao
33 item 10, solicitou esclarecimentos a respeito da operacionalização e fiscalização de tais
34 normas. Dr. Ricardo Schussel esclareceu da necessidade de se fazer um convênio com o
35 Corpo de Bombeiros neste sentido. Dr. Guilherme Lindroth, com relação ao item 11,
36 indagou sobre a exigência de área coberta para estacionamento. Dr. Ricardo Schussel,
37 esclareceu que a exigência da área coberta e descoberta ficaria a critério da Comissão
38 Permanente de análise, desde que existam características de projeto que justificam a
39 solicitação. Dr. Guilherme Lindroth, em relação ao item 12, que considera os recuos
40 para terrenos de esquina, quanto aos recuos de fundos, sugere que tal dispositivo fosse
41 mais restritivo e que fosse melhor estudado, colocando que tais critérios teriam que ser
42 alterados na legislação vigente, pois se não estaria agindo contrariamente ao Decreto
43 2.722/84. Dr. Renê Ariel Dotti, quanto ao item 2, sugere que onde Ê-se " três ", leia-se "
44 quatro ou mais pavimentos " , e que seja excluída a frase: " desde que exclusivamente
45 para recreação de uso coletivo, jamais para uso individual ". Dr. Roberto Ribas Lange

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL

PARANAENSE

46 quanto as linhas do zoneamento sugere que a definição das mesmas façam parte do rol
47 de critérios. Dr. Arsênio Muratori encarregou a Secretaria Executiva para que proceda a
48 incrementação de tais critérios. B- Análise sobre o fundo para recolhimento das multas.
49 Dr. Arsênio Muratori, solicitou que a Secretaria Executiva repassa-se o estudo elaborado
50 pelo Dr. Mauro Rocha, Assessor Jurídico da SEDU, aos Conselheiros para análise e
51 discussão em próxima Reunião do Conselho. C Processo de Mercado - Planejamento e
52 Assessoria Empresarial limitado - Protocolo nº 239.590-8, Dr. Ricardo Schussel,
53 procedeu esclarecimento sobre o processo, expondo que o Conselheiro Relator, Prefeito
54 Cleantes Coelho Xavier, não procedeu relatório a respeito, devido a extravios da cópia
55 do processo, sugerindo então que o mesmo fosse discutido na presente reunião Plenária.
56 Dr. Roberto Ribas Lange falou que o presente trata-se de problemas nas linhas de
57 zoneamento, sugerindo que fosse adotado como critérios para definição de zonas a
58 testada dos terrenos, houve em seguida várias ponderações a respeito da necessidade de
59 se definir claramente as linhas do zoneamento. Dr. Cândido Gomes Chagas, ponderou
60 que a pesquisa na Prefeitura Municipal de Curitiba sobre o assunto, sendo que a mesma
61 adotada linha de testada dos lotes para definição de linhas de zoneamento. Dr. Luciano
62 Pizzatto, após várias consultas técnicas e jurídicas, ponderou que ao permitir a
63 construção de 6 pavimentos na porção de terreno em ZR-4, estaria abrindo-se
64 precedentes aos outros proprietários que encontram-se totalmente em ZR-4 para que os
65 mesmos questionassem o mesmo tratamento dado ao presente processo, sugerindo então
66 que fosse feito um estudo para retificação das linhas do zoneamento. Dr. José Roque da
67 Silva colocou ser necessário uma maior agilização nas decisões do Conselho, para que
68 não haja estagnação da iniciativa privada, posicionando-se de forma favorável a uma
69 maior autonomia do Conselho na tomada de decisões, tendo em vista que muitos
70 preceitos legais encontram-se desatualizadas à realidade do Litoral Paranaense. Dr.
71 Cândido Gomes Chagas propôs que a Secretaria Executiva procedesse a retificação das
72 linhas de zoneamento a apresentasse ao Conselho tal trabalho num prazo de dez dias,
73 colocando em votação a proposta que foi aprovada pela maioria dos Conselheiros
74 Presentes. 5- Assuntos Gerais: Dr. Renê Ariel Dotti propôs em virtude das limitações
75 legais impostas ao Conselho para decidir sobre o assunto preeminente, que fosse
76 constituída Comissão para estudar e apresentar proposta de alteração do decreto
77 4.605/84, que trata da criação e atribuições do Conselho do Litoral. Várias ponderações
78 sobre o assunto foram expostas pelos demais Conselheiros, sendo de consenso geral que
79 tal minuta de alteração do decreto 4.605/84 fosse elaborada, sendo também por consenso
80 constituída a comissão pelos seguintes Conselheiros: Renê Ariel Dotti, Dr. Luciano
81 Pizzatto, Dr. Cândido Gomes Chagas, Dr. Roberto Ribas Lange, Prefeito Mário Rock e
82 Dr. Carlos César Sales de Albuquerque. A seguir Dr. Roberto Ribas Lange solicitou que
83 o Conselho manifestasse apoio a Adea junto ao Ministério da Cultura no pleito ao
84 credenciamento daquela entidade à incentivos concedidos pela Lei Sarney, colocada em
85 votação a mesma foi aprovada pela maioria dos presentes. Dr. Cândido Gomes Chagas
86 solicitou esclarecimentos à respeito do encaminhamento dado ao assunto discutido em
87 reunião anterior visando a defesa do camarão. Dr. Luciano Pizzatto a pedido do
88 Sindicato Rural de Antonina, solicitou esclarecimentos a respeito do asfaltamento da
89 estrada de Guaraqueçaba. Dr. Heinz George Herwig, esclareceu que foi liberado vinte
90 quilômetros iniciais da estrada, em virtude de estudos que se fazem sobre as áreas em

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL

PARANAENSE

91 que serão retiradas os seixos rolados para pavimentação da mesma, e posterior liberação
92 da extensão restante. Dr. Guilherme Lindroth, solicitou que o Conselho enviasse ofícios
93 aos órgãos competentes a respeito de um projeto de eletrificação rural nas Ilhas do
94 Superagui e das Peças, sendo que o mesmo foi autorizado no governo anterior e até a
95 presente data não foi implantado. Dr. Luciano Pizzatto manifestou-se a respeito da
96 atuação lenta do ITCF, citando o exemplo de processo para liberação do desmate de
97 quatro hectares que demorou cerca de um ano e dois meses para aprovação. Dr.
98 Roberto Ribas Lange, ponderou que havia apoio dos Secretários de Estado que compõe
99 o Conselho, para solução desses problemas de ordem administrativa citado pelo Dr.
100 Luciano Pizzatto. Dr. Cândido Gomes Chagas solicitou que após a resposta da Cohapar
101 e SP a respeito da ocupação das Caieiras em Guaratuba, que a Secretaria Executiva
102 convidasse os dirigentes daqueles órgãos a se pronunciarem sobre o assunto. Prefeito
103 Orlando Conforto, manifestou seu descontentamento sobre a atuação do ITCF no seu
104 município. Dr. Arsênio Muratori, ponderou que tais manifestações devem ser
105 encaminhadas oficialmente ao Conselho para que o mesmo proceda as diligências
106 necessárias. Dr. Roberto Ribas Lange solicitou que a Secretaria Executiva encaminhasse
107 o relatório da comissão de Sistematização que visa as ações a serem desenvolvidas na
108 Ilha do Mel em razão do Decreto 978/87. Dr. Luciano Pizzatto solicitou que fosse
109 agendada reunião com a comunidade litorânea sobre o zoneamento da área rural. 6-
110 Encerramento: Em seguida o Dr. Arsênio Muratori colocou a palavra em aberto aos
111 Senhores Conselheiros, como ninguém fez uso da mesma deu-se por encerrado os
112 trabalhos da Décima Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
113 Litoral Paranaense, e eu Ricardo Schussel, Secretário Executivo, lavrei a presente ata, a
114 qual assino com o Presidente do Conselho, e submeto a apreciação e votação por parte
115 dos demais Conselheiros.